

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA: O QUE RELATAM AS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO.

SEXUAL EDUCATION, SEXUALITY AND DEFICIENCY: WHAT THE POSTGRADUATE RESEARCH REPORTS

Beatriz Alves¹
Karine Helena Morais²

Resumo: Este estudo teve como objetivo verificar a produção científica desenvolvida no Brasil pelos Programas de Pós-Graduação no que envolve a temática Educação Sexual, Sexualidade e Deficiência, tendo como foco a oferta da educação sexual para pessoa com deficiência e a sexualidade da pessoa com deficiência. Para o levantamento dos dados elaborou-se uma pesquisa bibliográfica na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), delimitando-se a busca de publicações de teses e dissertações no período de dez anos, sendo entre 2007 e 2017, utilizando os seguintes descritores: educação sexual; deficiência; sexualidade. Após a realização deste levantamento foram localizadas doze dissertações e quatro teses. Destas dezesseis pesquisas, somente oito aproximavam-se do foco da presente pesquisa. De acordo com os resultados encontrados nas oito pesquisas selecionadas entende-se que, no que se refere à sexualidade e educação sexual, a temática deve ser repensada e reajustada para pessoa com deficiência, tanto nas instituições educacionais como no âmbito familiar. A pouca exploração da temática por parte dos pesquisadores não contribui para que avanços sejam alcançados no que tange a informação e orientação às famílias e professores. A educação, formal e informal, é imprescindível para o desenvolvimento integral do ser humano, e deve abranger a educação sexual como parte integrante deste processo, criando possibilidades para o desenvolvimento autônomo das pessoas, e não possibilidades utópicas.

Palavras-chave: Deficiência; Educação; Educação sexual; Sexualidade

Abstract: The purpose of this study was to verify the scientific production developed in Brazil by the Graduate Programs in which Sexuality, Sexuality and Disability are discussed, focusing on the provision of sexual education for the disabled and the sexuality of the disabled person. In order to collect the data, a bibliographic research was developed in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), delimiting the search of publications of theses and dissertations in the period of ten years, between 2007 and 2017, using the following descriptors: Sex education; deficiency; sexuality. After this survey, twelve dissertations and four theses were located. Of these sixteen surveys, only eight were close to the focus of the present research. According to the results found in the eight selected researches, it is understood that, with regard to sexuality and sex education, the theme should be rethought and readjusted for people with disabilities, both in educational institutions and in the family context. The researchers' lack of exploration of the subject does not contribute to advances in information and guidance to families and teachers. Formal and informal education is essential for the integral development of the human being, and must include sexual education as an integral part of this process, creating possibilities for the autonomous development of people, and not utopian possibilities.

Keywords: Disability; Education; Sexual education; Sexuality

¹ Pós Graduanda *lato sensu* em Sexualidade Humana: Educação e Terapia pela Universidade Positivo. Endereço: Rua Perciliana Rodrigues Gaya, 1640 - Centro – Navegantes. CEP: 88370-494. E-mail: bbia.94@hotmail.com

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí – Univali e integrante do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Educacionais da mesma IES. Endereço: Rua Galdino de Borba, 284 – Cordeiros – Itajaí. CEP: 88310-360 E-mail: khelena@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A temática da sexualidade, na nossa cultura, está permeada de tabus e discriminações, porém, espera-se que todas as pessoas cresçam, apaixonem-se, namorem e transem. Ou quase todas, pois quando a sexualidade está aliada a deficiência, esses preconceitos atingem outra dimensão (ALBUQUERQUE; RAMOS, 2007). Erotismo e deficiência parecem incompatíveis, e quando algo novo surge, procura-se amparo nas imagens de sexualidade que a sociedade nos apresenta, corpos perfeitos que seguem o padrão das mídias, excluindo a sexualidade da pessoa com deficiência, e contribuindo para a desinformação e o preconceito. Desta forma, a ideia é não julgar, mas rever as informações que contribuam enxergar além dos estereótipos (DE PAULA; REGEN; LOPES, 2011).

A sexualidade é parte do desenvolvimento humano, e de toda a complexidade que o acompanha. Sendo a sexualidade parte importante da personalidade, não se pode negar à pessoa com deficiência que usufrua de forma plena aquilo que lhe é direito, vivenciar e expressar a sua sexualidade, sendo esta, não atrelada apenas ao ato sexual, pois é, sobretudo carinho e relações interpessoais. Desta forma, é imprescindível que a pessoa com deficiência explore a sua individualidade a fim de poder conhecer suas vulnerabilidades, bem como decidir e desenvolver a sua própria sexualidade, o que não acontecerá com uma atitude de infantilização e isolamento social, presumindo que estas pessoas não são capazes de manter relacionamentos afetivos (ALMEIDA, 2009).

A visão geral ainda é carregada de estereótipos, atrelando a deficiência a uma incapacidade de se relacionar emocionalmente, sendo considerados inaptos a manterem relações afetivas duradouras. Desta forma, esquecem que todos os seres humanos são seres sociais, e para tanto, os relacionamentos interpessoais são fundamentais para a vida. Amar e ser amado de volta é um desejo inerente a todos, e um direito independente da capacidade intelectual de cada um. O problema encontrado aqui, não está nas pessoas com deficiência, e sim no espaço que a sociedade dispõe para as mesmas. Há uma superproteção das famílias, diminuindo as chances das pessoas com deficiência relacionarem-se livremente, demonstrando-se imprescindível a

compreensão de que a repressão sexual é um dos fatores de desajuste psicológico, social e físico (GLAT, 1992).

Desta forma, a vivência da sexualidade dependerá da trajetória individual de cada pessoa, sua história, expectativas familiares, relações afetivas bem ou malsucedidas, crenças, medos, entre outros, e para as pessoas com deficiência ainda é preciso considerar o grau de deficiência e o que a mesma significa para a pessoa e a comunidade. Para tanto, muitas pessoas com deficiência não conseguem vivenciar a sua sexualidade de forma plena, não por decorrência da deficiência em si, mas por conta do impedimento de uma vida digna, com equidade e direitos respeitados. Não há como expressar a sexualidade quando não puder viver plenamente a vida em todos os seus aspectos (DE PAULA; REGEN; LOPES, 2011).

Mas será que cabe somente a família a responsabilidade na educação sexual da pessoa com deficiência? A família como agente socializador é fundamental na construção de um espaço que contribua para a pessoa com deficiência estruturar a sua personalidade, inclusive a sexual. Contudo, a coerência entre casa e escola beneficia os jovens quanto a aprendizagem sexual, demonstrando-se imprescindível a conjugação da missão a ambos (ALMEIDA, 2009).

É pertinente que a educação sexual seja atribuída a parte do processo de educação global, frisando a importância da metodologia adequada à capacidade cognitiva e faixa etária da pessoa com deficiência (ALMEIDA, 2009). Educação é sobre acolher, se colocar disponível de forma prazerosa à um outro, buscando competência interna e externa para se despir de preconceitos e lidar com as diferenças (DE PAULA; REGEN; LOPES, 2011). Sobre tudo, uma educação sexual bem direcionada às pessoas com deficiência pode trazer diversos benefícios como auxiliar na diminuição dos riscos de exploração sexual e abuso, gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis, conduzindo o direito de desenvolverem a própria vida afetiva-sexual (ALMEIDA, 2009).

Sendo assim, viu-se imprescindível rever e analisar como são tratados os temas Deficiência, Educação Sexual e Sexualidade em meio acadêmico, a fim de que seja pontuada a importância do envolvimento com o tema, para

que assim sejam discutidos e desconstruídos certos preconceitos com a Educação e a Família, tratando-se de aspectos inerentes a vida das pessoas com deficiência.

MÉTODO

A presente pesquisa tratou-se de uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, realizado a coleta de dados em janeiro de 2017 na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Para Michel (2009) a pesquisa bibliográfica pode ser feita como componente da pesquisa científica descritiva ou feita isoladamente. A autora aborda o intuito da pesquisa bibliográfica apontando este modelo de pesquisa não como um solucionador de problemas e sim, responsável por levantar informações que ajudem a entender melhor, a recolher informações e conhecimentos prévios sobre o problema do qual se procura resposta.

Com o objetivo de verificar a produção científica brasileira, em nível de pós graduação, acerca dos temas: educação sexual, deficiência e sexualidade, utilizou-se destes descritores como estratégia de busca e limitador dos trabalhos encontrados, além do recorte temporal de dez anos, sendo utilizadas para a presente revisão, produções científicas de pós graduação publicada entre 2007 a 2017.

A partir da estratégia de busca, foram encontrados dezesseis trabalhos, sendo eles, doze dissertações e quatro teses, porém apenas oito correspondiam aos critérios elencados para a análise da presente pesquisa.

A fim de auxiliar a análise dos trabalhos encontrados, utilizou-se de um quadro nos quais constavam o título, autores, ano, local, tese ou dissertação, universidade, programa, pequeno resumo com os objetivos do trabalho e as palavras-chave.

RESULTADOS

Após o levantamento, foram encontradas 16 pesquisas - 12 dissertações e 4 teses - sobre a temática Educação Sexual, Sexualidade e Deficiência, sendo que apenas 8 (7 dissertações e 1 tese) tiveram seu foco em Instituições Educacionais (Educação Especial ou Ensino Regular), envolvendo o âmbito Familiar ou Grupos de Apoio.

Quadro 1 – Pesquisas sobre a temática Educação Sexual, Sexualidade e Deficiência – (2007/2017).

Ano	Dissertações	Teses	Total
2007	1	0	1
2008	2	0	2
2009	0	0	0
2010	1	0	1
2011	0	1	1
2012	0	0	0
2013	0	0	0
2014	0	0	0
2015	2	0	2
2016	1	0	1
2017	0	0	0
Total	7	1	8

Fonte: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (<http://bdt.d.ibict.br/>).

Das oito pesquisas, sete foram elaboradas em instituições localizadas no estado de São Paulo, uma em Santa Catarina e uma no Ceará. Esse mapeamento nos possibilitou visualizar como a temática Educação Sexual, Sexualidade e Deficiência envolvendo a Educação, o âmbito familiar e grupos de apoio vem sendo pouco debatida e estudada em pesquisas de pós-graduação no Brasil.

Quadro 2- Localização das Universidades que apresentam pesquisas de Pós-graduação sobre Educação sexual, Sexualidade e Deficiência envolvendo a educação e o âmbito familiar:

Estado	Universidade
São Paulo	PUC-SP
	UNICAMP
	MACKENZIE
	UFSCAR
	USP
	UNESP
Santa Catarina	UDESC
Ceará	UNIFOR

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no levantamento realizado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) entre os anos de 2007 e 2017.

Com base no quadro 2, pode-se observar que as pesquisas concentram-se, em sua maior parte, na região sudeste do Brasil. As demais se localizam uma na região sul e região nordeste do Brasil.

Após esta pequena análise, cabe salientar a necessidade de discussões e debates relativos ao tema, visto que, a educação possui papel importante para a criança e adolescente, seja ele deficiente ou não. Lagni (2002, p. 49) defende a Educação Sexual como “um direito da criança e do adolescente; que não pode mais ser mascarado, omitido e relegado a uma questão periférica, mas cumprindo com seriedade e a cientificidade necessária que a temática requer”.

As pesquisas analisadas neste estudo discutem assuntos e questões relacionadas ao trabalho de sexualidade na educação especial; os discursos envolvidos na produção de sexualidade no contexto da gestão familiar; a sexualidade da pessoa com deficiência na visão de pais e

professores; a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual; a sexualidade de pessoas com Transtorno do Espectro Autista ou Síndrome de Asperger (TEA/SA); a sexualidade de homens com lesão medular adquirida; a vulnerabilidade ao HIV/AIDS em jovens com deficiência intelectual; elementos fundamentais da educação em direitos humanos em um curso de capacitação voltado a educação, gênero, etnia/ raça, sexualidade e pessoa com deficiência; e a sexualidade de jovens surdas.

Os objetivos, os sujeitos das pesquisas, instrumentos para coleta de dados e os resultados principais atingidos pelas pesquisas de realizadas por ALBUQUERQUE (2007), MORALES (2008), SAVALL (2008), SODELLI (2010), RIBEIRO (2011), SILVA (2015), PALIARIN (2015) e VIEIRA (2016) serão apresentados a seguir.

A EDUCAÇÃO SEXUAL E A SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Em procura feita na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), entre os anos de 2007 e 2017, verificou-se a presença de 8 pesquisas entre teses e dissertações, que investigam a realidade educacional, familiar e em grupos de apoio do tema educação sexual e sexualidade da pessoa com deficiência.

Entendendo a importância das pesquisas que analisam a educação sexual e sexualidade da pessoa com deficiência, nos compete ressaltar que no Brasil, com base na Lei n.º 60/2009, a legislação favorece significativamente a aplicação da educação sexual nos estabelecimentos do ensino básico e ensino secundário, aplicando-se em todos os estabelecimentos da rede pública, assim como da rede privada e cooperativa em todo território nacional (BRASIL, 2009).

O Brasil possui diversos documentos abordando o direito à educação sexual, e sexualidade da pessoa com deficiência, documentos que foram criados com o objetivo de legitimar os direitos destas pessoas. Alguns documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: Diversidade e Inclusão (BRASIL, 2013), iniciativa do Ministério da Educação em diálogo com o Conselho Nacional de Educação, chama a atenção para o

espaço escolar como sendo privilegiado no desenvolvimento do ser humano:

A escola de educação básica é um espaço privilegiado de formação pelas contribuições que possibilitam o desenvolvimento do ser humano. A socialização e a apreensão de determinados conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade podem ser efetivados na ambiência da educação básica por meio de suas diferentes modalidades e múltiplas dimensionalidades, tais como a educação de jovens e adultos, educação no campo, educação indígena, educação quilombola, educação étnico-racial, educação em sexualidade, educação ambiental, educação especial, dentre outras. (BRASIL, 2013, p. 340)

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que tem como propósito “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (BRASIL, 2012, p. 26).

Em 2007, o Ministério da Saúde lança o Marco Teórico e Referencial: Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens. O documento tem como objetivo “oferecer subsídios teórico-políticos, normativos e programáticos que orientem a implementação de ações voltadas à saúde sexual e à saúde reprodutiva de adolescentes e jovens” (BRASIL, 2007, p. 7).

O documento aborda, além de outras questões, a sexualidade e reprodução de adolescentes e jovens com deficiência como um tema importante dentro das políticas de saúde considerando uma maior exclusão desta parcela da população em “função de sua necessidade específica e dos preconceitos e mitos sobre a sua vida sexual e reprodutiva” (BRASIL, 2007, p. 27).

Neste contexto, surge o questionamento, o que as pesquisas de Pós-Graduação apresentam sobre a educação sexual e sexualidade da pessoa com deficiência?

A partir do questionamento acima, conduzimos as pesquisas elaboradas por Albuquerque (2007), Morales (2008), Sodelli (2010), Silva (2015), Paliarin (2015), que discorrem suas dissertações tendo como objeto de pesquisa a pessoa com deficiência intelectual ou deficiência mental.

Albuquerque (2007) objetivou investigar o que pais e professores pensam sobre a sexualidade de jovens e adolescentes com deficiência mental com o intuito de elaborar e implementar uma proposta de intervenção com os mesmos. A pesquisa foi realizada em uma escola especial do interior de São Paulo, totalizando 17 familiares e 23 professores.

Os resultados da intervenção elaborada pela autora, analisados segundo uma entrevista pré e pós intervenção acerca das atitudes e formas de lidar com a sexualidade bem como um questionário de avaliação do curso realizado com os familiares e professores, demonstraram que a partir da discussão do tema algumas mudanças de comportamento e opinião foram possíveis, como uma maior reflexão acerca do tema, aumento da segurança na lida com o mesmo, assim como uma atenção e respeito pelos interesses e necessidades afetivo-sexuais das pessoas com deficiência mental.

Morales (2008), assim como Albuquerque (2007), realizou sua pesquisa em uma escola de educação especial sendo os participantes 18 adolescentes e jovens adultos matriculados no Ensino Fundamental da APAE de Sumaré - SP. Morales (2008) objetivou descrever a apropriação de práticas sociais relativas à sexualidade, em aulas de orientação sexual para jovens adultos com diagnóstico de deficiência intelectual, que frequentam instituição de educação especial.

Segundo os resultados da pesquisa de Morales (2008), verificados a partir da observação, diário de campo e transcrição de filmagens das aulas realizadas em um Programa de Orientação Sexual na instituição, indicaram que os alunos com deficiência, ainda que possuíssem poucas experiências em grupos sociais fora da escola, se ocuparam de práticas sociais acerca da sexualidade instituída socialmente e coletivamente, demonstradas a partir de valores expressados, que por vezes não coincidiam entre os participantes, e embaraço ao se tratar do tema.

Tais resultados divergem da concepção vigente sobre a incapacidade de jovens com deficiência e ressaltando as competências acerca da apropriação de práticas sociais referente à sexualidade.

A pesquisa de Sodelli (2010) teve como objetivo conhecer e analisar aspectos que influenciam na vulnerabilidade ao HIV/AIDS, em três eixos: individual, social e programático, de jovens com deficiência intelectual, acima de 18

anos, por intermédio de relatos individuais de suas vidas e cotidiano. Participaram da pesquisa 14 jovens de duas instituições especiais, sendo selecionadas oito narrativas para a análise.

A partir da análise das falas dos participantes, considerou-se como elementos de vulnerabilidade “o nível de informação, vida sexual ativa, questões de gênero, relações afetivas e situações de violência” (SODELLI, 2010 p. 11). A deficiência foi elencada como elemento de vulnerabilidade, contudo não é condição determinante.

Silva (2015) buscou identificar as formas de articulação entre corpo, gênero e sexualidade a partir das construções discursivas e não discursivas que agenciam a gestão familiar, particularmente no exercício das experiências da sexualidade pelos sujeitos narrados numa construção de anormalidade.

Como instrumento de análise Silva (2015) utilizou-se das práticas sociais educativas institucionais e a relação destas práticas com o discurso e prática da família. Para isso foi feito um recorte cartográfico problematizando corpo, gênero e sexualidade dos sujeitos descritos com anormalidade intelectual no campo da saúde e educação, investigando no discurso da família o que implica para a (in) visibilidade da sexualidade destas pessoas na sociedade.

Através da análise Silva (2015) pode perceber como as construções discursivas apropriam-se dos marcadores de deficiência como componente das relações de poder/saber e a subordinação dos estatutos da cultura sexual presentes na educação, saúde e família, ponto significativo para a construção das relações excludentes.

A pesquisa de Paliarin (2015) buscou em seu objetivo 1: investigar de que forma jovens e adultos, com deficiências, expressam que percebem e vivenciam sua sexualidade. No objetivo 2 procurou: investigar junto a um grupo de alunos com deficiência intelectual de uma instituição especial de que forma percebem e vivenciam a sua sexualidade.

A pesquisa deu-se a partir de 7 oficinas temáticas sobre assuntos que tangem à sexualidade, e observação participante realizadas com 12 jovens e adultos que apresentavam deficiência intelectual e estavam matriculados em uma escola de educação especial - APAE do Paraná.

Para Paliarin (2015) os resultados demonstraram a possibilidade de se trabalhar com o tema de forma natural e sem preconceitos, a fim de que os participantes sintam-se à vontade para explanar suas dúvidas e curiosidades. A pesquisa revelou também, a visão da mulher como objeto, e a falta de conhecimentos essenciais sobre o próprio corpo e desenvolvimento. Importante ressaltar que trabalhar sexualidade oportuniza qualidade de vida e conhecimento crucial para a vivência da sexualidade por parte dos adolescentes, apresentando deficiência ou não, de forma plena.

Percebe-se com o decorrer desses 5 estudos que possuem como objeto de pesquisa a pessoa com deficiência intelectual ou deficiência mental, como trazem alguns autores, a preocupação destes autores em esclarecer que ter deficiência não os faz alheios a vida social, os mesmos incorporam o discurso acerca da sexualidade como todos (diferente do que imaginam), não são incipientes, inclusive na hora de discorrer sobre preconceitos e valores da sociedade atual.

Correr (2003 p. 32) atenta para a importância da pessoa com deficiência ter acesso a diferentes recursos não excluindo e impedindo que esta população tenha acesso a informação, saúde, educação, entre outros:

Os estudos reconhecem a importância de serem criados recursos e colocados à disposição de todos, para que todos possam acessá-los e assim se sentirem realizados, tanto no plano das necessidades objetivas (alimentação, vestuário, moradia, saúde e educação) como no plano das necessidades subjetivas (satisfação pessoal, felicidade, filosofia de vida, preferência por um tipo de lazer). Por que seria diferente no que se refere a pessoa com deficiência?

As pesquisas de Albuquerque (2007), Morales (2008), Sodelli (2010), Silva (2015), Paliarin (2015), foram desenvolvidas com alunos que estão vinculados à educação especial, porém, o tema educação sexual e sexualidade, assim como na escola regular, deve ser tratado nas instituições de educação especial não omitindo as informações aos alunos com deficiência que frequentam estas instituições. Para Camargo e Ribeiro (1999, p. 51) “A educação sexual deve ser pensada não como apêndice nas práticas educacionais, mas como integrante do currículo e

da proposta de cada escola”. Discorrem também, da importância da família entender a necessidade de tratar da sexualidade com a pessoa com deficiência e em como o discurso familiar interfere nas relações envolvendo os temas educação sexual e sexualidade da pessoa com deficiência. De acordo com Correr (1999) o suporte familiar pode compreender o melhoramento de condições naturais (laços de proximidade, cuidado, apoio, busca de suportes especializados em saúde, educação, lazer, etc.) e sua colocação a serviço de objetivos que direcionam promover o desenvolvimento do sujeito com deficiência”.

Ribeiro (2011), diferente dos pesquisadores supracitados, teve como objeto de pesquisa as jovens com deficiência auditiva.

A pesquisa de Ribeiro (2011) teve como finalidade investigar como se constitui a sexualidade de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial, como elas se relacionam afetivamente e qual papel a escola desempenha nesse processo. A análise dos resultados foi embasada em observações, discussões e entrevistas realizadas com dez surdas de uma escola de educação especial de São Paulo.

Ribeiro (2011) constatou que as jovens apresentam desinformação acerca do tema sexualidade, prevenção às DST/AIDS e métodos contraceptivos, e não tem conhecimento pela falta de acesso a materiais informativos como livros e internet, bem como pelo desconhecimento da Libras pela população ouvinte. Pontuou também, que embora as mães das participantes tivessem pouca fluência em Libras, as mesmas eram referência no que tange a transmissão de valores e informações sobre sexualidade.

A autora expõe que na escola, a visão higienista mostrou-se predominante. As iniciativas encontradas frente a educação sexual, concernem-se aos aspectos biológicos da sexualidade ligados a prevenção, e ainda destaca que a sexualidade das participantes é marcada pelo controle social relacionado ao sexo feminino, e também pela desigualdade social que atravessa gênero e deficiência.

Desta forma, pode-se perceber similaridade nos resultados encontrados nas pesquisas de Ribeiro (2011) e Sodelli (2010) ao compreender a deficiência como um fator de vulnerabilidade acerca dos acessos às informações adaptadas sobre sexualidade para cada deficiência, mas não

deve-se compreender a deficiência como um elemento determinante, visto que todo ser humano é biopsicossocial.

As pesquisas de Ribeiro (2011) e Morales (2008) correspondem a investigação de ambas se daram por meio de oficinas de educação sexual, a qual Morales (2008) denomina como orientação sexual. Com relação a estes dois termos utilizados por estes diferentes autores (educação sexual e orientação sexual), Werebe (1998) esclarece seu ponto de vista em afirmar ser a educação sexual mais apropriada para prática educativa:

A expressão educação sexual parece ser mais indicada para designar a prática educativa intencional em matéria de sexualidade. Alguns educadores optam pela expressão orientação sexual que, a meu ver, se presta a ambiguidades, podendo ser interpretada como orientação que a pessoa imprime à sua sexualidade e que pode ser homossexual, heterossexual ou bissexual. (WEREBE, 1998, p. 155).

Werebe (1998) apresenta em seu livro sobre Educação sexual na escola de 1976 a polêmica sobre a distinção entre as atividades intencionais de educação e informações sexuais. A autora reconhece que esta distinção além de problemática abrange implicações ideológicas, “É a partir da ideia de que a educação e a informação sexuais correspondem a duas ações bem distintas, até mesmo independentes, que os partidários de uma tal dissociação procuram fixar os limites das atividades que deveriam ser atribuídas a uma e a outra” (WEREBE, 1976 apud WEREBE, 1998, p. 156).

Procuramos categorizar educação sexual como se esta envolvesse questões mais filosóficas e éticas enquanto que a informação ou orientação sexual refere-se a algo mais neutro. Esta categorização compreende a uma ideia equivocada de que informar e orientar não é educar, e que a orientação sexual e informação sexual não teria nenhuma consequência e efeito sobre a personalidade do educando (WEREBE, 1998).

Em relação à pesquisa acerca das pessoas com deficiência física, encontrou-se apenas a dissertação de Savall (2008), realizada com homens que apresentam diagnóstico de lesão medular adquirida.

Savall (2008) em sua dissertação desenvolveu três estudos paralelos quantitativos e qualitativos. O primeiro teve como propósito avaliar o impacto da lesão medular sobre a sexualidade humana, buscando identificar os componentes sexuais significativamente afetados. Participaram da pesquisa 62 homens com lesão medular adquirida que estavam em tratamento no CCR (Centro Catarinense de Reabilitação), Clínica de Fisioterapia da Universidade do Estado de Santa Catarina, filiados da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos, atletas de projetos desportivos da UDESC, liga do sul de basquete em Cadeira de Rodas ou por indicação de participantes anteriores. Dos 62 homens, 52 participaram da pesquisa quantitativa e 14 da qualitativa. A análise dos dados foi permeada por um questionário de sexualidade adaptada e entrevista.

Os resultados demonstraram alterações referentes ao período pré e pós lesão quanto a:

Diminuição significativa da frequência e número de parceiros sexuais; redução sensível da prática sexual de sexo anal; modificações consideráveis nas preferências sexuais por abraço, penetração vaginal, utilização de vibrador; variação no prazer advindo das zonas erógenas da boca, pescoço, pênis, coxas e pernas; alterações nas funções sexuais com redução significativa dos níveis de desejo, excitação e orgasmo, bem como disfunções erétil e ejaculatória; redução significativa da satisfação sexual, embora algumas alterações percebidas equiparam-se à população em geral (SAVALL, 2008 p. 9).

Desta forma, Savall (2008) confirmou ser indispensável o suporte aos homens com lesão medular adquirida quanto a esfera sexual, alicerçando uma proposta de intervenção.

Em seu segundo estudo, que foi composto pela mesma população, a autora referida buscou analisar o aconselhamento sexual e compreender o processo de auto-adaptação sexual pós-lesão medular. Os participantes poderiam ou não ter experiência sexual depois da lesão, sendo investigado neste caso os motivos para a privação de atividade sexual. Os dados foram analisados a partir de entrevistas semi-estruturadas baseadas no modelo etnográfico clínico e a história de vida sexual dos entrevistados.

Os resultados apresentados por Savall (2008) demonstraram que a auto-adaptação dependerá de fatores como “idade de incidência e tempo de lesão, qualidade das informações recebidas, não sendo sempre exitoso, possuindo peculiaridades como a distinção entre presença e ausência de vida sexual prévia à lesão” (SAVALL, 2008 p. 9).

Em seu terceiro estudo a autora objetivou elaborar uma proposta de reabilitação sexual que refletisse os anseios, necessidades e potencialidades dos participantes objetos da pesquisa. Contribuíram para a pesquisa-ação 25 pessoas, sendo eles pesquisadores, profissionais da área da saúde, homens com lesão medular, parceiras e familiares dos mesmos a partir de um Grupo Interdisciplinar de Apoio a Sexualidade Adaptada. Os resultados do grupo demonstraram que embora houvesse limitações, a sexualidade adaptada é inerente ao humano, sendo assim pode ser transformada, manifestada e vivida de diferentes formas.

Atinado aos estudos encontrados que discorriam sobre a gestão familiar da pessoa com deficiência como Albuquerque (2007) e Silva (2015), Vieira (2016) se propôs a pesquisar mães de pessoas com Transtorno do Espectro Autista e Síndrome de Asperger.

A pesquisa de Vieira (2016) teve como objetivo investigar as opiniões e ações de mães sobre a sexualidade de seus filhos com TEA/SA. Foram entrevistadas sete mães, que tinham filhos diagnosticados com TEA/SA durante a infância, acerca da sexualidade de pessoas com deficiência e pessoas com TEA/SA, sexualidade dos seus filhos e relatos de intervenções em educação sexual com os mesmos.

Os resultados da pesquisa apresentaram que a educação por parte das mesmas é escassa, fazem uso de metáforas, recorrem a psicólogos ou simplesmente não falam sobre o assunto. As participantes relataram que não tem acesso a material informativo e que os profissionais da saúde e educação não colaboram com a educação sexual, evidenciou-se também infantilização das crianças e jovens por parte das mães participantes e a necessidade de ajudá-los nas atividades diárias de autocuidado. Revelou-se também a dificuldade de distinguir comportamentos privados e públicos, pois a maioria das participantes relataram já terem visto os filhos se masturbando.

Os dados da pesquisa de Vieira (2016) corroboram com os encontrados na literatura, sobressaindo-se a falta de intervenções, dificuldades das famílias no que tange a educação sexual dos filhos, bem como as características das pessoas com TEA/SA, como os déficits sociais e de comunicação, tal qual para o desenvolvimento sexual.

CONSIDERAÇÕES

A partir dos oito trabalhos localizados acerca da sexualidade e educação sexual de pessoas com deficiência, diferentes deficiências foram encontradas nas pesquisas selecionadas. Estas pesquisas trouxeram discussões que compreenderam a pessoa com deficiência intelectual ou mental envolvendo a narrativa de pais e professores; as práticas sociais relativas a sexualidade; a vulnerabilidade ao HIV/AIDS; a gestão familiar e seu discurso com relação a sexualidade do sujeito; como o sujeito percebe e vivencia sua sexualidade. A pesquisa envolvendo a pessoa com deficiência auditiva trouxe como a sexualidade deste sujeito se constitui, como se relacionam efetivamente e qual o papel da escola neste importante processo. Assim como a pesquisa sobre deficiência auditiva, somente uma pesquisa a respeito da pessoa com deficiência física foi encontrada, apresentando os componentes sexuais afetados pela lesão medular, aconselhamento sexual deste sujeito e a reabilitação sexual. Uma só pesquisa foi feita sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Síndrome de Asperger (SA), a respeito da opinião e ações de mães sobre a sexualidade de seus filhos que possuem este diagnóstico.

Ao verificarmos as oito pesquisas, tornou-se fundamental refletir e considerar sobre a particularidade de cada investigação, e a visão de cada pesquisador para as diferentes e semelhantes realidades estudadas, a maneira como cada um analisou a coleta de dados e como ocorreu o processo para que atingissem seus objetivos propostos, para mais, os questionamentos levantados, os conhecimentos, o entendimento, as perspectivas, desejos e angústias dos sujeitos envolvidos nas pesquisas.

Conforme o levantamento realizado no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) apontado no Quadro 1, notou-se o desinteresse e quase abandono dos pesquisadores no que refere-

se a temática educação sexual e sexualidade da pessoa com deficiência no âmbito nacional. O número de teses e dissertações encontradas torna-se ainda mais preocupante pela abrangência do tema que pode ser estudado e aprofundado por diferentes programas de pós-graduação, sendo assim, percebe-se ainda existência de uma limitação da temática entre os programas de pós-graduação.

As pesquisas encontradas sobre a pessoa com deficiência intelectual ou mental, auditiva, física, TEA/ AS, discorrem a respeito da necessidade de informação para a família sobre como lidar com a sexualidade de seus filhos respeitando a necessidade e interesses afetivo-sexuais deste jovem ou adolescente, assim como é fundamental a elaboração de uma formação continuada para que o professor esteja instruído cientificamente sobre a temática, a fim de que faça um trabalho conjunto a família neste processo de orientar e educar sexualmente estes alunos.

Observou-se também que a deficiência deve ser vista como um fator de vulnerabilidade, porém não como um fator determinante. Ao educar, informar e orientar a pessoa com deficiência oportuniza-se uma melhor qualidade de vida desta população, através do conhecimento do desenvolvimento do próprio corpo, a prevenção de doenças, além de tratar sobre a sexualidade de maneira não preconceituosa, respondendo a alguns questionamentos, trazendo a sexualidade não como um tabu, mas sim como algo inerente ao ser humano.

A falta de informação e a informação não adaptada para pessoa com deficiência, foram pontuados pelas autoras dos estudos encontrados como uma das principais causas dos problemas relacionados à educação sexual e sexualidade, isto independente da deficiência, servindo também para familiares e professores que são referências fundamentais no processo de educação, readaptação, aceitação, informação, conhecimento, transmissão de valores.

Evidenciando o que foi exibido pelas pesquisas, entende-se que no que refere-se a sexualidade e educação sexual apresentados e relatados nas escolas e nas famílias, deve ser repensado e reajustados para pessoa com deficiência. As políticas públicas garantem o acesso a estas informações que, muitas vezes, são apresentadas de maneira superficial ao aluno.

A educação deve contribuir para o desenvolvimento do aluno, seja esta social,

cognitiva ou motora, abrangendo a educação sexual e a sexualidade como parte desta contribuição, quer seja através de oficinas, palestras ou aulas. A educação deve compreender e auxiliar o sujeito integralmente, criando possibilidades que ele empregue em sua vida e não possibilidades utópicas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. de. **A sexualidade como aspecto inclusivo:** uma proposta de intervenção para pais e professores de jovens com deficiência mental. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2982/1449.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

ALBUQUERQUE, M.; RAMOS, S. I. V.. **A sexualidade na deficiência mental profunda:** Um estudo descritivo sobre atitudes de pais e profissionais. Portal dos Psicólogos. 2007. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0367.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

ALMEIDA, P. A. de P. F. P. C. **A educação sexual na deficiência mental.** (Trabalho de Projeto de Investigação) - Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti - Pós-Graduação em Educação Especial, Porto, 2008-2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Marco teórico e referencial:** saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0471_M.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2017.

BRASIL. Diário da República 1ª série – nº 151 – 6 de agosto de 2009. **Assembleia da República.** Art 1º Lei nº 60/2009.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:** Diversidade e Inclusão. Brasília: Editora do Ministério da Educação, 2013.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. **Sexualidade (s) e infância (s):** a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna, 1999.

CORRER, R. **Deficiência e inclusão social:** construindo uma nova comunidade. Bauru: EDUSC, 2003.

DE PAULA, A. R.; REGEN, M.; LOPES, P. **Sexualidade e deficiência**: rompendo o silêncio. São Paulo: Expressão e Artes editora, 2011.

GLAT, R. A sexualidade da pessoa com deficiência mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**. São Paulo, v. 01, p. 65-74, 1992. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista1numero1pdf/r1_art06.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2017.

LAGNI, D. T. **A Pedagogia Freiriana e Martiniana: Uma contribuição para proposta de Educação Sexual libertadora crítica**. Florianópolis: Lunardelli, 2002.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

MORALES, A. S. **Apropriação de praticas sociais relativas a sexualidade por jovens adultos com diagnostico de deficiência intelectual**. 73 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000439547>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

PALIARIN, F. **Sexualidade e deficiências**: dando vozes aos adolescentes por meio de oficinas pedagógicas. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Educação Sexual, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2015. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_sexual/3666.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2017.

RIBEIRO, K. **Sexualidade e gênero**: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação. 210 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Educação, Sociologia da Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072011-102643/pt-br.php>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

SAVALL, A. C. R. **Reabilitação sexual para homens com lesão medular adquirida**: da auto-adaptação sexual à intervenção terapêutica. 405 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação *Strictu Sensu* em Ciências do Movimento Humano, Centro de Ciências da Saúde e do Esporte, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/bitstream/handle/403/1/ANA_CAROLINA_RODRIGUES_SAVALL.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2017.

SILVA, S. M. A. da. **Cartografando a gestão familiar do sujeito narrado em uma construção de anormalidade intelectual**: intersecções entre gênero, sexualidade e "deficiência". 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015. Disponível em: <<https://uolp.unifor.br/oul/conteudosite/F10663420160318095338523767/Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

SODELLI, F. G. **Questões invisíveis e as histórias contadas por jovens**: deficiência intelectual e vulnerabilidade ao HIV/AIDS. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1755/1/Fernan da Guilardi Sodelli.pdf](http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1755/1/Fernan_da_Guilardi_Sodelli.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2017.

VIEIRA, A. C. **SEXUALIDADE E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**: relatos de familiares. 2016. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/143824>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.